



LEI Nº 2627/2025

Estabelece o índice para revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos municipais dos poderes Executivo e Legislativo e dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica estipulado, a título de revisão geral anual, a partir de 1º de abril de 2025, a aplicação do percentual de 4,88% (quatro inteiros e oitenta e oito décimos por cento) no vencimento dos Servidores Públicos Municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como membros do Conselho Tutelar.

§1º Por servidores públicos entende-se servidores efetivos e comissionados que integrem os quadros referidos no caput deste artigo.

§2º São excluídos do reajuste previsto no caput deste artigo:

- I- Servidores integrantes do quadro do magistério, os quais são regulados por Lei específica e baseado no índice de reajuste do Piso Nacional do Magistério divulgado pelo Governo Federal;
- II- Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, que possuem vencimento vinculado ao salário-mínimo e já perceberam reajuste em fevereiro retroativo ao mês de janeiro de 2025;
- III- Agentes políticos, que percebem subsídio fixado em Lei específica;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por dotação própria do orçamento vigente no município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º abril de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAMBARÉ, 17 de abril de 2025.

Iago Kielermann
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Denise Dias Rodrigues,
Diretora da Administração.



